

RCD no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 124.289 - MG (2020/0043454-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
REQUERENTE : BARBARA FLAVIANE DOS SANTOS (PRESA)
ADVOGADO : EMANUEL BELEM GOMES - MG146893
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão por mim proferida que indeferiu o pleito liminar nos seguintes termos (e-STJ fls. 1.202/1.204):

Trata-se de recurso ordinário com pedido liminar interposto por BARBARA FLAVIANE DOS SANTOS desafiando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.162006-1/000).

Consta dos autos que a paciente foi presa temporariamente, prisão essa posteriormente convertida em segregação preventiva, pela suposta prática dos crimes previstos no art. 2º, §§ 3º e 4º, II, da Lei n.º 12.850/2013 (organização criminosa), no art. 312 do CP (peculato) e no art. 1º, caput, da Lei n. 9.613/1998 (lavagem de dinheiro) – e-STJ fls. 58/82.

Irresignada, a defesa impetrou habeas corpus na origem. A ordem foi denegada, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 1160):

HABEAS CORPUS – ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, PECULATO E LAVAGEM DE CAPITAIS - REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – IMPOSSIBILIDADE – INADEQUAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. 1. Os pacientes, juntamente com outros 07 indivíduos, tiveram as prisões temporárias decretadas, posteriormente convertidas em preventivas, dentro do prazo legal. 2. As investigações demonstram arraigado e contínuo esquema de cobranças indevidas de “taxas” para liberação de veículos e documentos, pela realização de vistorias, pela inserção de dados indevidos no sistema informatizado do DETRAN para o licenciamento de automóveis e também pela coordenação de operações policiais para beneficiar pátios de apreensão de veículos, bem como pela lavagem do dinheiro auferido indevidamente. 3. Pacientes proprietários e sócios de pátios credenciados pelo DETRAN, supostamente responsáveis por irrigar financeiramente o esquema criminoso, mediante a distribuição de propina aos servidores públicos. 4. O paciente é apontado como o grande líder do esquema criminoso no que tange ao núcleo privado do Pátio São Pedro, teria ameaçado pessoalmente outro investigado de morte e registra passagem policial anterior por falsidade ideológica, reiterando a prática delitiva. 5. A paciente é apontada como braço direito do paciente auxiliando-o na reiteração criminosa. 6. Preventiva necessária a ambos, como garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e para assegurar a correta aplicação da lei penal. 7. Ordem denegada.

No presente recurso, a defesa sustenta, em suma, a falta de fundamentação idônea do decreto de segregação cautelar, indicando a possibilidade de substituição da prisão por medidas cautelares

alternativas.

Acrescenta que a recorrente que "[...] é pessoa idônea, sem nenhum registro policial anterior em sua trajetória de vida, motivo pelo qual sua prisão se faz desnecessária, sendo plenamente aplicáveis medidas cautelares diversas, dentre elas o comparecimento periódico em juízo, obrigação de entregar passaporte, proibição de afastamento da comarca e a suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira, dentre outras que se mostram suficientes para assegurar a instrução processual" (e-STJ fl. 1188).

Diante dessas considerações, busca, liminarmente e no mérito, "[...] a imediata LIBERDADE PROVISÓRIA da Recorrente, mediante imposição de medidas cautelares diversas da prisão, com a imediata expedição de alvará de soltura, para que esta possa aguardar em liberdade o decorrer da instrução processual" (e-STJ fl. 1.194).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em habeas corpus, bem como em recurso ordinário em habeas corpus, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No decreto de prisão preventiva o magistrado apontou o periculum libertatis, com base nos seguintes fundamentos (e-STJ fl. 79):

Na decisão de IT. 106/152, cujos fundamentos adoto nesta ocasião, já que foi exaustivamente analisada a necessidade de segregação cautelar dos investigados, consta que, além de uma testemunha ter se mudado para o exterior após receber ameaças de morte por parte de Christian, os envolvidos Alysson Malab e Guilherme Pinto da Cunha, em conversa interceptada, também relataram que foram vítimas do referido investigado.

Ao ser ouvido pelo Ministério Público no dia 28/11/2019, Alysson disse que "em relação às ameaças a que se referiu em seu telefone, não deseja esclarecer porque teme por sua vida" (ff. 552/554).

Como se vê, a soltura dos investigados colocará em risco a ordem pública e, também, prejudicará a instrução processual e impossibilitará a aplicação da lei penal.

A gravidade concreta dos delitos imputados aos investigados, aliado ao fato de integrarem organização criminosa armada e de alguns deles utilizarem os cargos públicos para se blindarem, demonstra que a ordem pública se encontra em risco.

A intimidação a testemunhas, inclusive com ameaças de morte, bem como a possibilidade de destruição de provas, indica que a prisão dos envolvidos é conveniente para a instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal.

Desse modo, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos

Superior Tribunal de Justiça

elementos de convicção constantes dos autos para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste recurso.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações atualizadas ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Em suas razões, sustenta a defesa a contradição entre os fatos descritos na denúncia e a verdade que se pode extrair dos autos.

Destaca a ilegalidade da ordem de prisão baseada na gravidade abstrata do crime. "*In casu, nota-se que o decreto exarado pelo juízo e pelo Relator na 8ª Câmara Criminal do TJMG, não apontou elementos concretos que demonstrassem a real necessidade da custódia cautelar da Recorrente, apresentando-se, pois, como uma decisão genérica, fundada sobretudo na garantia da ordem pública e na gravidade do delito sob análise*" (e-STJ fl. 1.705).

Acrescenta que "[...] a RECORRENTE, ainda na qualidade de acusada, foi DENUNCIADA em decorrência de suposta participação, não ficando trazido com clareza na denúncia a individualização de sua conduta, e inexistentes provas suficientes de autoria, o que é muito contraditório, uma vez que afirma ser a Recorrente ligada a policiais civis e compor uma posição de hierarquia, onde configuram no elenco vários funcionários públicos, ela se quer teve em seu desfavor DENUNCIA NA CORRUPÇÃO PASSIVA E ATIVA, o que desmonta qualquer envolvimento da mesma com as alegações trazidas, sendo estranho o raciocínio lógico utilizado para basear a segregação da liberdade da Recorrente" (e-STJ fl. 1.708).

Diante disso, pede a reconsideração da decisão combatida, "[...] sugerindo-se o monitoramento eletrônico e suspensão do exercício de atividade de

Superior Tribunal de Justiça

natureza econômica ou financeira" (e-STJ fl. 1710).

É, em síntese, o relatório.

A requerente não aduz nenhum fato novo que autorize, em juízo de cognição sumária, alterar a decisão que indeferiu a liminar.

Como relatado, o decreto de prisão destacou o *periculum libertatis*. Sendo assim, é imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, o que será realizado por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de reconsideração**.

Aguarde-se parecer ministerial.

Após, à conclusão.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator